

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

### **Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda tem recebido inúmeras denúncias de farmacêuticos hospitalares do SNS a quem está a ser imposta uma situação de injustiça e iniquidade resultante da nova carreira farmacêutica e das suas regras de transição.

De facto, foram impostas condições diferentes para trabalhadores com contratos em funções públicas e para trabalhadores para contratos individuais de trabalho, não obstante trabalharem todos no SNS e, em muitas situações, desempenharem as mesmas funções.

Infelizmente esta não é uma situação nova. O Governo já fez o mesmo com outras carreiras e grupos profissionais, resultando sempre em mal-estar das equipas, degradação do clima de trabalho e deterioração do próprio Serviço Nacional de Saúde. O governo não se pode admirar com a dificuldade de captar, fixar e motivar os profissionais do SNS quando é ele próprio que cria situações de injustiça e iniquidade.

A situação que leva o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda a interpelar o Governo remete para a criação da Carreira Farmacêutica, em 2018, como substituição do Ramo de Farmácia da Carreira dos TSS. A criação dessa carreira específica não nos merece crítica, mas as regras ali elaboradas e a opção por dividir trabalhadores entre CTFP e CIT merece, obviamente, oposição.

Estas são algumas das situações que os farmacêuticos hospitalares em regime CIT nos relatam:

*“Os farmacêuticos CIT, na sua maioria, só têm o tempo contado desde o início da Carreira Farmacêutica. Muitos de nós somos farmacêuticos hospitalares desde o século passado. Por defeito, a maioria foi colocada na base da carreira”;*

*“A contagem de tempo como TSS deveria contar para reposicionamento nos respetivos escalões da carreira e deveria ser considerado para poder concorrer a concursos para a categoria seguinte, abertos, entretanto. O que se verifica, é que embora o despacho permita a abertura de vagas para a carreira especial e para a carreira farmacêutica, a ACSS emitiu*

*parecer a 19 de agosto de 2022, a invocar que, e relativamente à carreira farmacêutica, como não foi atribuída a relevância de tempo de serviço anterior para efeitos de recrutamento para a categoria superior, não é permitido aos farmacêuticos com CIT concorrerem aos concursos abertos para progressão”.*

Ou seja, muitos farmacêuticos, trabalhadores do SNS, foram colocados na base da carreira, apesar de já trabalharem há vários anos naquelas funções e, para além disso, foram impedidos de concorrer ao último concurso para progressão. É uma desigualdade entre trabalhadores intolerável e que apenas pode prejudicar o SNS.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes perguntas:*

1. Como explica o Governo ter optado por criar esta desigualdade e iniquidade entre trabalhadores?
2. Considera defensável que existam farmacêuticos hospitalares do SNS a quem não são relevados os anos de trabalho e a quem é vedada a justa progressão de carreira?
3. Como pensa o Governo captar, fixar e motivar profissionais no SNS sem lhes garantir uma carreira com os mínimos de dignidade?
4. Vai o Governo continuar a alimentar este tipo de injustiça e desigualdade ou assumirá que as carreiras e progressão de carreiras são elementos fundamentais do SNS?

Palácio de São Bento, 1 de setembro de 2022

Deputado(a)s

CATARINA MARTINS(BE)